Ofício nº 2337/2025

Referente: Veto ao Projeto de Lei nº 09/2025

São Sebastião, 25 de abril de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
PROTOCOLO Nº 582
DATA 25/04/25
HORÁRIO 17 05
VISTO Dinara

Cumprimentando-o respeitosamente, sirvo-me do presente para dar ciência a esta Nobre Casa de Leis e aos Nobres Vereadores que a compõe, na forma do disposto no artigo 47, da Lei Orgânica do Município, decido **VETAR TOTALMENTE** o **Projeto de Lei nº 09/2025**, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de cardápios em braile nos estabelecimentos de alimentação no município de São Sebastião, estabelecendo requisitos e condições para sua implementação", de autoria do vereador Sebastião Faustino dos Santos Neto, pelas razões a seguir expostas:

A Procuradoria Jurídica Legislativa identificou vício formal de iniciativa nos artigos 4º e 5º do projeto e recomendou a apresentação de emenda supressiva para sanar tais irregularidades e após aprovação desta opinou pela legalidade do projeto de lei.

Em resposta, o parlamentar autor da proposição apresentou, perante o Plenário da Câmara Municipal, a Emenda Supressiva nº 01/2025, tendo a Comissão de Justiça, Legislação e Redação opinado pela legalidade da propositura.

Contudo, não foi juntado aos autos documento que comprove a aprovação da referida emenda, tampouco consta a redação final da minuta legislativa.

Neste passo, a minuta fora analisada pela Procuradoria Jurídica Legislativa e pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação, onde ambas as manifestações opinaram pela emenda supressiva dos artigos 4º e 5º supra.

Autenticar documento em http://nuvem.cloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310034003400330003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Ressalta-se que o parlamentar propositor, juntou aos autos datado de 06/03/2025 a "Emenda Supressiva nº 01/2025", de fato suprimindo os artigos 4º e 5°, entretanto sem aprovação da mesma.

Portanto, o Projeto de Lei em comento, apresenta inconstitucionalidade por vício formal de iniciativa, pois seu conteúdo está com vício em sua "forma", ou seja, em seu processo de formação, vale dizer, no processo legislativo de sua elaboração ou, ainda, em razão de sua propositura por autoridade incompetente.

Assim, o tema abarcado pelo projeto de lei apresentado se adequa à regra contida no artigo 30, inc. I, da CRFB/88, visto tratar-se de assunto de interesse local, pois não se vislumbra, s.m.j., a existência de obstáculo constitucional que possa inibir o exercício, por este Município, da típica atribuição institucional que lhe pertence, fundada em título jurídico específico estatuído na Lei Máxima.

Neste ponto, chama a atenção o que se nomina como vicio formal subjetivo, falha que se verifica na fase de iniciativa, como, por exemplo, as leis que são de iniciativa exclusiva (reservada) do Chefe do Poder Executivo, como as elencadas no artigo 61, § 1º, inc. II, da CRFB/88.

Isso porque a iniciativa privativa, ou melhor, exclusiva ou reservada, significa, no exemplo, ser o Chefe do Executivo o único responsável por deflagrar, dar início ao processo legislativo da referida matéria. Em hipótese contrária (ex.: um parlamentar dando início), estar-se-ia diante de um vício formal subjetivo insanável, e a lei seria inconstitucional.

No caso em apreço, há análise do nobre Procurador Jurídico da Câmara Municipal apontando, acertadamente, que os artigos 4º e 5° "invade seara de competência legislativa e administrativa do Poder Executivo Municipal" e ainda que "fere o disposto no artigo 41, inciso II da L.O.M. que determina que a competência para se criar atribuições à órgãos municipais é exclusiva do seu chefe".

Cabe também esclarecer que não existe em âmbito municipal a citada "Secretaria Municipal de Direitos Humanos" (vide art. 4º, inc. I da minuta), adequando-se, em tese, a matéria de fundo à "Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso" (SEPEDI).

Nestes termos, evidencia-se a afronta Constitucional ao Projeto de Lei, ao se criar atribuições ao Poder Executivo (secretarias e servidores públicos), para o cumprimento dos citados artigos 4º e 5º do Projeto de Lei em tela, usurpando a competência do Poder Executivo ao dispor

Autenticar documento em http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310034003400330003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

sobre estruturação e atribuições de secretarias, órgãos e agentes da Administração Pública, como veda a Lei Orgânica Municipal, cabendo menção à casos análogos julgados no Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo:

> [...] AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE [...] do Município de Sorocaba e de **iniciativa parlamentar**, que "dispõe sobre 'a **obrigatoriedade de instalação de placas de metal escritas em braile** [...] **Vício de iniciativa configurado**. Matéria privativa do Senhor Prefeito municipal, nos termos do artigo 47, incisos II, XIV e XVIII, da Constituição estadual. **Ofensa ao princípio da separação de poderes** (artigo 5º, da Carta Constitucional estadual). Ação procedente. (TJ-SP ADI: 21290562820188260000) (destaques acrescidos)
>
> [...] AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE [...] MUNICIPIO DE GUARULHOS, DE **INICIATIVA PARLAMENTAR**, A QUAL DISPÕE SOBRE **FORNECIMENTO DE CARTÃO DE VACINAÇÃO EM SISTEMA BRAILLE** CUJA **INICIATIVA LEGISLATIVA É RESERVADA PRIVATIVAMENTE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO** VIOLAÇÃO DOS ARTS. 5°, 47, INCISOS II, XIV E XIX, ALINEA A, E 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL **PRECEDENTES DO ÓRGÃO ESPECIAL EM CASOS SEMELHANTES** AÇÃO PROCEDENTE [...] (TJ-SP ADI 21807040820228260000) (destaques acrescidos)
>
> [...] AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE [...] MUNICÍPIO DE MAUA [...] **DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE OBRIGA A FIXAÇÃO DE TABELA NOS PONTOS DE ÔNIBUS, INCLUSIVE EM BRAILE**, ...] USURPAÇÃO DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO [...] **VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO** AFRONTA AOS ARTIGOS 5°, 47, INCISOS II, XIV, XVIII E XIX, LETRA 'A', 117, 119 E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA **AÇÃO PROCEDENTE** [...] (TJ-SPADI: 22973628620208260000) (destaques acrescidos).

Por fim, além da violação constitucional (Estadual e Federal) há afronta à Lei Orgânica do Município que assim dispõe:

> Artigo 2º- São poderes do Município, **independentes e harmônicos entre si**, o Legislativo e o Executivo. [...] (destaques acrescidos)
>
> Artigo 41- **Compete exclusivamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei** que disponham sobre: [...] II **criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública**; [...] (destaques acrescidos)

Assim, evidencia-se a mácula ao PL em apreço, que em tese, caso fossem os artigos 4º e 5º suprimidos em sede de redação final, poder-se-ia falar em constitucionalidade/legalidade da norma proposta, o que não é o caso. No entanto, expõe-se, violação ao pacto federativo, afronta ao Princípio da Reserva da Administração, e, afronta ao Princípio da Separação de Poderes, que na forma em que se encontra os autos há inviabilidade jurídica para o pleito.

Autenticar documento em http://nonapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310034003400330003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Em que pese a atitude louvável do nobre Vereador em sua atividade legiferante visando buscar adequação Constitucional, e, legalidade em âmbito federal, estadual e municipal; apontamos que já existe normativa sobre o tema aplicável a todo o território paulista (Lei Estadual nº 17.832/23, art. 106 a 108), bem como, a ABNT possui desde 2020 a "NBR 9050" (10.8.2.3) no tocante à exigência de cardápios em Braille e em texto com caracteres ampliados.

Ante o exposto, **veto totalmente** o Projeto de Lei nº 09/2025, em decorrência do evidente vício formal de iniciativa, afronta aos princípios constitucionais, aos dispositivos legais e à jurisprudência colacionada.

Ao ensejo, renovo à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos Ilustres Pares, protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO
Prefeito

Fiscalize o seu município - www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br
Autenticar documento em http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade com o identificador 3100310034003400330003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.